

## A gripe, uma catástrofe global?



**Por Pierre Charbonnier**

*Tradução: Diogo Silva Corrêa*

*Revisão: Marília Bueno*

***Resenha de Frédéric Keck, Un monde grippé, Flammarion, 2010. 350 p.***

Com *Un monde grippé*, o antropólogo Frédéric Keck nos dá um livro que, tal como o objeto que ele descreve, a gripe, atravessa as barreiras de gênero e de espécie. Uma transcrição crua das mobilizações políticas desencadeadas pelas grandes epidemias de gripe dos últimos anos, mas também uma reflexão teórica distanciada sobre as relações entre a sociedade e os animais, *Un monde grippé* é de fato um objeto híbrido – e esse é um dos seus principais interesses.

## **Um percurso etnográfico**

O essencial das reações a que assistimos durante a epidemia de gripe H1N1 em 2009 foi organizado num debate sobre o real tamanho de seu risco, permeado pela constante suspeita de uma construção política de medos, ou mesmo de teorias conspiratórias. Frédéric Keck está resolutamente de acordo com essas reflexões – que têm sido, e são cada vez mais, suscitadas pelas novas formas de epidemias e pandemias –, mas a especificidade da sua abordagem reside no fato de ele se recusar a abordar essas questões tais como elas se estabeleceram no espaço midiático e na consciência coletiva. O autor, optando por recorrer aos vários atores envolvidos na resposta à gripe, produz uma verdadeira etnografia, cujo objeto é singular na medida em que não é recortado por fronteiras geográficas ou culturais – os limites comuns do trabalho etnológico –, mas por uma mobilização comum. Instituições sanitárias, laboratórios de biologia, mas também mercados de aves, granjas, etc., todos esses lugares formam um mundo cuja unidade reside na sua mobilização pelo aparecimento do vírus, o que perturba e reconfigura um conjunto de usos. Esse "mundo gripado" de que nos fala F. Keck não é, portanto, aquele povoado pelos doentes, mas aquele formado por um conjunto descontínuo de instituições, lugares e procedimentos políticos e científicos. O livro é assim apresentado como uma viagem etnográfica, cuja leitura segue o ritmo de um trabalho de campo multissituado realizado entre 2005 e 2009.

A primeira etapa desta viagem nos leva à AFSSA, a Agência Francesa de Segurança Alimentar, que também corresponde à primeira experiência etnográfica do autor, que vem da filosofia. Enquanto a crise das vacas loucas tinha começado a impor a ideia de que os riscos também podiam estar no prato, a epidemia de gripe aviária de 2005 confirmou e deslocou essa ideia ao redefinir o estoque de animal domesticado como um vetor potencial de infecção. As novas formas de racionalidade médica que foram então implementadas, e que o autor agrupa sob o termo de "biossegurança", estão ligadas a uma política de seres vivos em que os animais domésticos devem ser monitorados, contidos e mesmo isolados da população. Esse momento da investigação corresponde às primeiras

etapas da construção do problema, que tomam emprestado o estilo de Foucault e a antropologia de Paul Rabinow.

Frédéric Keck leva-nos então a Hong Kong, uma metrópole que há muito tempo permanece um posto avançado do Ocidente na China, e que aparece na narrativa como o catalisador da pesquisa. Ela nos permite estudar o "mundo da gripe" de uma forma incomparavelmente concentrada, uma vez que os organismos de vigilância e investigação médica, mas também e sobretudo as aves, protagonistas de pleno direito desse drama, coexistem num tecido urbano que o autor pôde então descrever como uma "sentinela sanitária". A crise do SARS em 2003 já tinha colocado Hong Kong na vanguarda da cena epidemiológica, confirmando assim o alerta lançado sobre a gripe aviária desde o surgimento do H5N1 em 1997. A isso se acresce a situação politicamente singular da metrópole, definida como uma "Região Administrativa Especial" da China, que permite meditar sobre as dificuldades ligadas à persistência das fronteiras políticas no momento de uma crise que é fundamentalmente estranha aos limites convencionais traçados pelo homem sobre um território.

Desde o momento da chegada a Hong Kong, a trama da narrativa ganha em intensidade, e aproveita as diferentes reações ao vírus em diversos lugares para variar as perspectivas sociais dispostas em torno dessa questão comum. Primeiro o laboratório de microbiologia, com seus pesquisadores com trajetórias singulares, depois os mercados onde trabalham os comerciantes de aves, mas que também são frequentados pelos amantes das aves de estimação, e por fim as granjas de frangos. Cada um desses pontos de vista revela aspectos e consequências distintas das medidas de precaução e eliminação tomadas pelo governo chinês; mas é sempre, em cada momento, a fronteira entre o ser humano e os animais de estimação que é o objeto de renegociação crucial: quer seja concebida por meio da pesquisa laboratorial ou do tratamento efetivo dos animais, é nessa linha divisória que se situa o "mundo gripado".

O autor introduz então uma primeira variação de ponto de vista, deslocando sucessivamente a sua atenção para o Japão, ao norte, e para o Camboja, ao sul. Adotando "a hipótese de Lévi-Strauss de que existem relações de transformação

entre os fenômenos humanos de tal forma que ao passar de um sistema social para outro se descobrem possibilidades desconhecidas" (p. 131), ele pode então trazer à tona duas polaridades a partir das quais se pode pensar as reações políticas ao vírus. Enquanto ao sul a epidemia é vista como uma oportunidade para reafirmar o poder central do Estado por meio de medidas de abate em larga escala, ao norte a solução é a oposta, baseada numa política de vigilância, que trabalha para regenerar as relações com os animais e não para reencontrar uma segmentação ideal.

De volta a Hong Kong, a análise pode jogar luz sobre outras transformações. De fato, as perturbações provocadas pelo vírus nas práticas de consumo de carne dão origem a uma série de estratégias de evasão que, por sua vez, apresentam a coerência de um conjunto de transformações. Embora o momento do consumo deva ser tradicionalmente separado daquele da produção, o vírus lembra a todos a proximidade material desses momentos simbolicamente desarticulados. Assim, as diferentes justificações – religiosas e ambientais, em particular – que podem sustentar os movimentos de libertação animal representam o maior número possível de compromissos a partir de uma mesma tensão fundamental: como reestabelecer a confiança, ou mais radicalmente, superar o fosso entre a produção e o consumo?

O último capítulo do livro é centrado nesses lugares singulares que são os laboratórios, para encontrar neles uma versão condensada e precipitada das questões discutidas ao longo desse percurso etnográfico. “A prática do laboratório”, lemos no livro, “reúne seres que as representações sociais tendem a separar” (p. 282): a atividade científica rompe então com o seu confinamento ordinário ao deparar-se, ela também, com o problema da mediação entre humano e animal, desta vez sobre um plano totalmente naturalista. A imunologia, ao perguntar se o sistema imunológico precedeu o vírus, ou se ele foi formado em reação a ele, na verdade repete a questão antropológica fundamental: o que nossas sociedades devem ao seu contato com os animais?

## **O mundo doente dos animais**

Uma das características singulares deste trabalho é que ele nos conduz de forma muito progressiva aos princípios teóricos que o animaram desde o início. A ordem da exposição teórica segue o ritmo da narrativa, e é apenas em seu final que podemos enfim compreender toda a consistência da hipótese apresentada. Essa hipótese é, ao mesmo tempo, simples e parcialmente contraintuitiva: as epidemias de gripe funcionam como um revelador da articulação fundamental entre as sociedades e os animais. Encontra-se aí uma das preocupações que há muito estruturam o campo antropológico e que recentemente encontraram uma extensão decisiva no trabalho de Philippe Descola: as relações dos grupos humanos com o que é, ao mesmo tempo, externo e sempre inevitavelmente associado a eles. Do fetichismo ao problema totêmico, incluindo o problema do pensamento selvagem, esse é um dos pontos fortes da antropologia social francesa que Frédéric Keck reativa de uma forma completamente original e penetrante. Mas tomar as epidemias como fio condutor para pensar sobre esse elo não é uma ideia autoevidente. Ela supõe, na verdade, ir além da simples questão da doença, de como ela afeta corpos e representações de si, para dar plena consistência a uma pergunta que, do ponto de vista da experiência da doença, permanece sempre sem resposta: de onde veio a infecção, e como ela foi tornada possível? Em outras palavras, se o trabalho de Keck pertence ao que hoje é chamado de "antropologia da natureza", isso não é ou não é apenas porque o vírus nos afeta em nossa constituição natural, mas porque ele nos obriga a repensar a nossa relação com o mundo natural, e mais particularmente com o mundo animal.

O vírus da gripe aparece assim como um teste desses elos, como o que, ao causar uma série de rearranjos na cadeia que vai da produção ao consumo, torna visível o que normalmente é invisível. O consumo de carne é retirado da sua evidência biológica para se tornar aquilo a partir do que se abre um conjunto de tensões que são propriamente culturais ou simbólicas. A administração dos humanos está, no fundo, sempre preocupada com a administração de outros seres vivos. Mas em *Un monde grippé* essa visão oblíqua dos fatos sociais assume uma dimensão globalizada e propriamente política, que a antropologia muito frequentemente tem evitado. As soluções para as epidemias devem ser entendidas em uma escala internacional, pois existem instituições sanitárias

globais – como a OMS –, mas uma escala dentro da qual existe uma série indefinida de transformações, cada uma das quais explora à sua maneira possibilidades e impossibilidades que são finitas. A análise é assim globalizada, mas também politizada, uma vez que o medo da catástrofe e as reações que ele suscita permitem identificar estilos de governança cujos impactos são igualmente entendidos num sentido mais tradicional.

Como o esquema que encontramos no final da introdução procura dar conta de tudo isso de modo sintético, o livro percorre assim a fronteira entre o natural e o social ao longo de dois eixos. Como a gripe é um fenômeno natural que irrompe no social, é necessário primeiro seguir as modalidades de tratamento desse evento que, de forma semelhante ao que acontece com os desastres ambientais, faz da ciência uma tecnologia política de primeira importância. Contudo, o vírus também torna visível a continuidade de um eixo que vai da produção ao consumo, e que, na sua ausência, é objeto de uma curiosa denegação, como se nós não pudéssemos encarar de frente as consequências concretas da morte dos animais consumidos. Na encruzilhada desses dois eixos, é a competência científica que parece ser a instituição central responsável pela condução dessas múltiplas relações e a partir da qual se pode elaborar uma cartografia.

### **O legado estruturalista**

Há alguns anos, Lévi-Strauss já havia considerado o grande significado antropológico dessas doenças que atravessam barreiras de espécies ou ameaçam fazê-lo. Aos seus olhos, elas na verdade nos levam de volta a algo arcaico, que percorre toda sociedade carnívora: a contradição entre a intuição que todos nós temos de uma certa proximidade com o animal e a necessidade de matá-lo; e por trás dessa tensão, o jogo de identidade e de diferença, do contínuo e do descontínuo. Ora, o mito é essa arte da mente que se dedica a tomar conta dessas tensões não resolvidas, e para Lévi-Strauss isso já é o que as histórias de origem amazônica exploram. Frédéric Keck faz sua essa interrogação, perguntando na conclusão: “a pandemia é um mito?” Colocada na esteira de uma etnografia essencialmente dedicada às práticas científicas, e que, como acabamos de ver, as coloca no centro dos mecanismos da administração da natureza, essa questão

pode parecer brutal. Mas não se trata aqui obviamente de reduzir o discurso científico a uma mitologia moderna. Muito pelo contrário, a dimensão do mito, se existe, constitui uma extensão do que a ciência tem de próprio: com e para além do trabalho de esclarecimento racional dos mecanismos de contágio, a instituição científica produz um conjunto de mediações práticas e intelectuais entre duas esferas que não podem permanecer completamente estranhas. Para além da utilização de certos conceitos fundamentais, como os de transformação e de sacrifício, é talvez antes de tudo dessa forma que a obra de Keck se relaciona com a herança estruturalista, que ele confronta com uma modernidade em face da qual muitas vezes o estruturalismo se manteve hesitante.

O livro deixa uma verdadeira impressão de mudança de cenário, como se essa viagem a uma Hong Kong ultramoderna nos confrontasse, apesar de tudo, com a nossa própria primitividade. Nós, tão modernos, vivemos de mitos; nós também praticamos o sacrifício, até mesmo a adivinhação. Gostaríamos também, como sugere o final do livro, que esse olhar distanciado se estendesse em outras direções: qual exatamente é o papel da ciência na produção de representações coletivas da natureza? E na nossa relação com outros animais, domesticados ou não? Existe um paralelo entre as epidemias e outras formas de vigilância da natureza, como aquelas reveladas pela questão climática? Pesquisa a seguir, então.